

## Interconexões geohistóricas: um estudo de caso da formação socioespacial no território brasileiro

*Geohistorical interconnections: a case study of socio-spatial formation in Brazilian territory*

*Interconexiones geohistóricas: un estudio de caso de formación socioespacial en territorio brasileño*

**Jean Lucas Vinhas Medeiros de Carvalho**

Universidade de Brasília – Distrito Federal – Brasília – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0805-026X>

**Resumo:** Este artigo oferece uma análise abrangente da geohistória brasileira, explorando suas raízes, desde a colonização portuguesa até o cenário contemporâneo. Destaca-se a influência da colonização na construção da identidade nacional, examinando as implicações geohistóricas desse período. A expansão territorial é examinada criticamente, considerando suas ramificações geohistóricas. O texto também investiga as complexidades resultantes da industrialização e urbanização, destacando os reflexos nas desigualdades regionais. Aborda-se o projeto decolonial no Brasil, enfatizando abordagens geohistóricas para promover a justiça social. Ao contextualizar o Brasil contemporâneo, o artigo explora desafios e perspectivas, ressaltando a complexidade da formação socioespacial brasileira. Por fim, destaca-se a integração entre geografia e história como contribuição fundamental para a compreensão da socioespacialidade brasileira.

**Palavras-chave:** Entrelaçamentos Temporais. Configuração Socioespacial. Dinâmicas Territoriais. Narrativas Geohistóricas.

**Abstract:** This article offers a comprehensive analysis of Brazilian geohistory, exploring its roots, from Portuguese colonization to the contemporary scenario. The influence of colonization on the construction of national identity is highlighted, examining the geohistorical implications of this period. Territorial expansion is critically examined, considering its geohistorical ramifications. The text also investigates the complexities

resulting from industrialization and urbanization, highlighting the effects on regional inequalities. The decolonial project in Brazil is addressed, emphasizing geohistorical approaches to promote social justice. By contextualizing contemporary Brazil, the article explores challenges and perspectives, highlighting the complexity of Brazilian socio-spatial formation. Finally, the integration between geography and history stands out as a fundamental contribution to the understanding of Brazilian socio-spatiality.

**Keywords:** Temporal Entanglements. Socio-spatial Configuration. Territorial Dynamics. Geohistorical Narratives.

**Resumen:** Este artículo ofrece un análisis integral de la geohistoria brasileña, explorando sus raíces, desde la colonización portuguesa hasta el escenario contemporáneo. Se destaca la influencia de la colonización en la construcción de la identidad nacional, examinando las implicaciones geohistóricas de este período. Se examina críticamente la expansión territorial, considerando sus ramificaciones geohistóricas. El texto también investiga las complejidades resultantes de la industrialización y la urbanización, destacando los efectos sobre las desigualdades regionales. Se aborda el proyecto decolonial en Brasil, enfatizando enfoques geohistóricos para promover la justicia social. Al contextualizar el Brasil contemporáneo, el artículo explora desafíos y perspectivas, destacando la complejidad de la formación socioespacial brasileña. Finalmente, la integración entre geografía e historia se destaca como una contribución fundamental para la comprensión de la socioespacialidad brasileña.

**Palabras clave:** Enredos temporales. Configuración socioespacial. Dinámica Territorial. Narrativas geohistóricas.

## Introdução

A geohistória brasileira emerge como um vasto campo de estudo que transcende as fronteiras tradicionais entre geografia e história, oferecendo uma abordagem integradora para compreender as complexas interações entre sociedade e espaço. Este artigo busca mergulhar nas profundezas da formação da nação brasileira, revelando os intrincados fios que tecem a trama histórica e geográfica do país.

Inicia-se a jornada explorando as raízes da geohistória brasileira, examinando os momentos cruciais que deram origem à nação. A colonização portuguesa ocupa um papel central nesse panorama. Nesse sentido, busca-se desvendar as implicações geohistóricas dessa influência duradoura no Brasil, investigando como esses alicerces moldaram a sociedade e o território ao longo dos séculos.

A expansão territorial brasileira será então submetida a uma análise minuciosa, considerando não apenas as dimensões geográficas, mas também os aspectos históricos que impulsionaram esse processo. O objetivo é compreender como a ampliação das fronteiras influenciou a dinâmica socioespacial, moldando identidades regionais e estabelecendo padrões que reverberam até os dias atuais.

Ao adentrar os séculos XIX e XX, foca-se os impactos da industrialização e urbanização no Brasil. Examina-se como esses processos transformaram não apenas o ambiente físico, mas também as relações sociais, contribuindo para as desigualdades regionais que persistem de maneiras diversas.

O projeto decolonial no Brasil representa um ponto crucial na análise, destacando as abordagens geohistóricas como instrumentos essenciais para a busca da justiça social. Investiga-se como a desconstrução de narrativas coloniais e a promoção de perspectivas diversas são fundamentais para construir um entendimento mais inclusivo e equitativo da sociedade brasileira.

À medida que o cenário contemporâneo se revela, este artigo explorará os desafios e perspectivas que se apresentam na interseção da geografia e história no Brasil atual. A complexidade da formação socioespacial brasileira será delineada, considerando não apenas os elementos tangíveis, mas também os aspectos simbólicos que compõem a identidade nacional.

Por fim, examina-se como a integração de geografia e história contribui de maneira substancial para a compreensão da socioespacialidade brasileira. Ao reunir essas disciplinas, pretende-se oferecer uma visão abrangente e multifacetada, capaz de iluminar os caminhos percorridos e os desafios que ainda se apresentam na construção do território e da identidade nacional.

Este artigo propõe uma abordagem integradora, unindo geografia e história, para compreender as complexas interações entre sociedade e espaço ao longo da formação da nação brasileira. Devido às limitações de extensão do artigo, alguns temas complexos e profundamente sedimentados na historiografia são tratados de forma sintética. No entanto, para proporcionar uma base sólida e credibilidade ao estudo, referenciamos obras consideradas clássicas nos temas abordados, que fortalecem a argumentação e direcionam os leitores para fontes de aprofundamento.

### **Geohistória brasileira: explorando as raízes de uma nação**

O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade cultural, é um país que desafia qualquer tentativa de simplificação. Para compreender as complexas dinâmicas que moldaram a nação, é necessário adotar uma abordagem interdisciplinar que combine

Geografia e História. Nesse sentido, a Geohistória oferece uma poderosa ferramenta para explorar as raízes da sociedade e da paisagem brasileira. Através da análise interdisciplinar, é possível examinar a interação entre o espaço geográfico e o tempo histórico, revelando como esses fatores se entrelaçam para moldar o Brasil em sua complexidade.

A abordagem aqui proposta encontra suas raízes teóricas nas contribuições de intelectuais como Braudel (2017), historiador francês que enfatizou a importância da “longa duração”. Braudel lembra que eventos históricos cruciais são profundamente influenciados por fatores geográficos. A escolha dos locais iniciais de colonização, a exploração de recursos naturais e a definição das fronteiras são exemplos de como a geografia desempenhou um papel fundamental na formação do país.

No contexto brasileiro, o estudo da colonização portuguesa é um exemplo vívido de como a Geohistória ajuda a compreender as raízes da nação. Os primeiros colonizadores escolheram áreas costeiras que eram geograficamente convenientes para a exploração e o transporte de mercadorias. Essas decisões iniciais deixaram uma marca duradoura na paisagem e na economia do Brasil.

Milton Santos e Silveira (2006) desempenharam um papel crucial ao desenvolverem o conceito de “Formação Socioespacial”. Eles enfatizaram a importância do espaço como um componente crítico na análise histórica e social. Suas abordagens marxistas trouxeram uma nova dimensão à compreensão das interações entre sociedade e geografia. No Brasil, suas ideias permitem examinar as complexas relações entre diferentes grupos étnicos e sociais que moldaram a socioespacialidade do país.

A expansão territorial brasileira é outro exemplo significativo. A migração da população para o interior do país e a ocupação de vastas áreas tiveram um impacto profundo na formação do território brasileiro. Isso não pode ser adequadamente compreendido sem levar em consideração fatores geográficos, como a topografia e a disponibilidade de recursos naturais, juntamente com fatores históricos, como políticas de incentivo à ocupação de terras.

A industrialização e urbanização no Brasil também destacam a necessidade de uma abordagem geohistórica. A concentração de atividades industriais e urbanas em áreas costeiras criou desigualdades regionais significativas. Essa dinâmica, fundamental para entender as disparidades socioespaciais no país, resulta da interação complexa entre geografia e história.

A aplicação da Geohistória no contexto contemporâneo brasileiro é essencial. De igual modo, o Projeto Decolonial, abordagem crítica que busca confrontar a herança colonial e promover a justiça social e a igualdade, enfatizando a importância de compreender as raízes históricas e geográficas das desigualdades presentes no Brasil (Reis; Andrade, 2018).

A Geohistória, ao explorar as raízes da nação, oferece uma compreensão mais rica e completa das complexas relações entre espaço e tempo - como postulado por Milton Santos (1994) - na formação do Brasil. Ela ajuda a traçar uma linha contínua desde o passado até o presente, compreendendo como eventos e decisões em diferentes momentos contribuíram para a configuração atual do país.

A Geohistória é uma ferramenta valiosa para compreender as raízes da nação brasileira. À medida que se explora o Brasil em sua vastidão geográfica e riqueza histórica, a Geohistória se destaca como um guia essencial para desvendar as complexas narrativas que constituem essa nação diversa. Através dessa abordagem interdisciplinar, aprecia-se a história, a cultura e a paisagem do Brasil em toda a sua complexidade e, ao fazê-lo, lança-se luz sobre as dinâmicas que moldam o presente e o futuro.

### **Colonização portuguesa e suas implicações geohistóricas no Brasil**

A história do Brasil é intrinsecamente ligada à colonização portuguesa que teve início no século XVI. A chegada dos portugueses ao território que se tornaria o Brasil é um marco fundamental na construção das raízes geohistóricas do país. Ao se explorar esse período de colonização, leva-se a uma compreensão mais profunda das implicações geohistóricas que moldaram a nação brasileira. As análises aqui elencadas foram embasadas, principalmente, nos trabalhos de Seyferth (2002), Marchant (1943), Holanda, Cândido e Mello (2015) e Erthal (2000).

A colonização portuguesa do Brasil é um exemplo notável de como a geografia desempenhou um papel central na formação do país. Os primeiros colonizadores escolheram cuidadosamente locais para estabelecer os primeiros núcleos de povoamento. Áreas costeiras com fácil acesso ao oceano Atlântico eram priorizadas devido à conveniência para a exploração e o transporte de mercadorias, como o pau-brasil.

As escolhas estratégicas locacionais deixaram marcas profundas na paisagem e na estrutura socioeconômica do Brasil. A exploração inicial do pau-brasil, uma árvore valiosa para a produção de tintura vermelha, foi uma das principais atividades econômicas nos primeiros anos da colonização. A geografia influenciou diretamente a localização das áreas de exploração e a extração do pau-brasil teve consequências duradouras na vegetação e na economia brasileira.

A geografia também desempenhou um papel crítico na forma como a terra foi distribuída. A introdução do sistema de capitânicas hereditárias, onde extensas faixas de terra eram concedidas a donatários, foi influenciada pela disponibilidade de terras e recursos naturais em diferentes regiões do Brasil. Isso levou a uma configuração de

propriedade de terra que ainda é visível nos dias de hoje, com grandes latifúndios em certas áreas e minifúndios em outras.

A colonização portuguesa também trouxe consequências significativas para a demografia e a composição étnica do Brasil. A chegada dos portugueses, seguida pelo tráfico de escravizados africanos, resultou em um processo complexo de miscigenação que moldou a população brasileira. A geografia desempenhou um papel importante na distribuição de diferentes grupos étnicos, com áreas costeiras muitas vezes servindo como pontos de entrada para a escravidão africana. Essa interação entre diferentes grupos étnicos é uma das características mais distintivas da sociedade brasileira e tem profundas implicações geohistóricas.

As consequências geohistóricas da colonização portuguesa também se estendem às questões ambientais. A exploração de recursos naturais, como o pau-brasil e mais tarde o ouro, teve um impacto significativo na paisagem brasileira. A mineração de ouro, por exemplo, levou à destruição de vastas áreas de floresta e causou mudanças ambientais que ainda são estudadas e debatidas nos dias de hoje. A colonização portuguesa do Brasil, portanto, representa um exemplo de como a geografia e a história se entrelaçam para moldar a socioespacialidade de uma nação. A escolha dos locais de colonização, a distribuição de terras, as migrações étnicas e as mudanças ambientais resultantes da exploração são apenas algumas das maneiras pelas quais a geografia e a história se entrelaçam na formação do Brasil.

Ao se explorar as implicações geohistóricas da colonização portuguesa no Brasil, leva-se a uma compreensão mais profunda das complexas dinâmicas que moldaram o país. Essa análise não apenas ajuda a apreciar a riqueza das raízes geohistóricas do Brasil, mas também oferece percepções para compreender as questões contemporâneas que afetam o país. Em última análise, a colonização portuguesa é um capítulo fundamental na história do Brasil que continua a ecoar em sua socioespacialidade até os dias de hoje.

Corroborando às bases teóricas elencadas neste tópico, além de Sérgio Buarque de Holanda, autores clássicos como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior oferecem análises aprofundadas deste período. Freyre (2006), em "Casa-Grande & Senzala", explora a dinâmica das relações sociais e econômicas na sociedade colonial, enquanto Prado Júnior (2011), em "Formação do Brasil Contemporâneo", analisa as estruturas econômicas e sociais que surgiram durante a colonização. Essas obras proporcionam uma compreensão abrangente das complexidades históricas, geográficas e culturais do Brasil, fundamentando de maneira sólida a interpretação dos processos coloniais discutidos aqui.

### **A expansão territorial brasileira: uma análise geohistórica**

A história do Brasil é marcada por uma expansão territorial notável, um processo que desempenhou um papel fundamental na construção da nação. Essa expansão territorial, que abrangeu séculos, oferece uma rica oportunidade para uma análise geohistórica profunda, revelando as complexas interações entre espaço e tempo na formação do Brasil.

A expansão territorial brasileira começou com a chegada dos portugueses no século XVI e rapidamente se estendeu para o interior do continente. A geografia desempenhou um papel crucial nesse processo, uma vez que a topografia variada, os rios navegáveis e a disponibilidade de recursos naturais influenciaram a direção e o ritmo da expansão.

A migração da população para o interior do país desempenhou um papel central na expansão territorial. A busca por terras férteis, riquezas minerais e novas oportunidades econômicas levou exploradores, colonos e aventureiros a se lançarem cada vez mais profundamente na vasta extensão do território brasileiro. A geografia, como a localização de rios e áreas propícias à agricultura, desempenhou um papel importante na decisão de se estabelecer em determinadas regiões (Schwarcz; Starling, 2015).

A exploração e a ocupação de vastas áreas territoriais tiveram impactos econômicos significativos. A descoberta de recursos naturais, como ouro, pedras preciosas e recursos agrícolas, levou ao desenvolvimento de diferentes economias regionais. As minas de ouro, por exemplo, desencadearam uma corrida do ouro que moldou a ocupação territorial no século XVIII e teve impactos ambientais duradouros (Costa; Rocha, 2007; Pinto, 1979; Ribeiro, 2023; Ellis, 1958).

A expansão territorial também levantou questões de soberania e fronteiras. Conflitos territoriais, muitas vezes envolvendo disputas com outras nações europeias, influenciaram a definição das fronteiras do Brasil. A geografia, como rios e montanhas, frequentemente desempenhava um papel importante na delimitação de fronteiras.

A análise geohistórica da expansão territorial brasileira permite entender como esses processos históricos deixaram uma marca profunda na paisagem e na socioespacialidade do Brasil. A formação de cidades, a distribuição de terras, as migrações populacionais e as relações interétnicas são todos aspectos que podem ser adequadamente compreendidos por meio da interseção da geografia e da história. Hoje, as implicações dessa expansão territorial ainda são visíveis nas disparidades regionais, na distribuição de riqueza e na diversidade cultural do Brasil. A análise geohistórica oferece uma lente poderosa para entender como eventos e decisões tomados ao longo de séculos continuam a afetar a realidade socioespacial do país. Além disso, essa abordagem lembra da importância de considerar a longa duração de Braudel (2017) na análise das dinâmicas socioespaciais.

A expansão territorial do Brasil é uma história de séculos e sua compreensão completa requer uma visão de conjunto que leve em consideração eventos históricos, fatores geográficos e mudanças sociais ao longo do tempo. Dessa forma, a expansão

territorial brasileira é uma narrativa complexa e rica que ilustra as intrincadas interações entre espaço e tempo na construção do país. A análise geohistórica oferece uma ferramenta valiosa para desvendar essas dinâmicas e apreciar a complexidade da formação do Brasil, lançando luz sobre as questões contemporâneas que continuam a desafiar a nação.

### **Industrialização e urbanização: reflexos geohistóricos nas desigualdades regionais brasileiras**

A industrialização e urbanização são dois fenômenos intrinsecamente ligados à formação socioespacial do Brasil. Esses processos, que ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX, tiveram impactos profundos nas desigualdades regionais do país, oferecendo um terreno fértil para uma análise geohistórica aprofundada. Com base no exposto, as ponderações desta seção foram alicerçadas nos trabalhos de Siqueira (2010), Galvan e Flávio (2007) e Geiger e Baer (1976).

A industrialização, que ganhou força no Brasil a partir do século XIX, teve reflexos significativos nas disparidades regionais. As primeiras áreas industrializadas estavam localizadas nas regiões sudeste e sul do país, com destaque para o estado de São Paulo. Essas áreas eram mais acessíveis aos centros de comércio e aos portos, o que facilitava o transporte de matérias-primas e produtos manufaturados. A geografia desempenhou um papel central nesse processo, pois a localização das indústrias estava diretamente relacionada à disponibilidade de recursos naturais, como minerais e água. Além disso, a topografia e as condições climáticas influenciaram a escolha de locais para instalação de fábricas. Esses fatores contribuíram para a concentração industrial em determinadas regiões, perpetuando desigualdades econômicas regionais.

A urbanização, que acompanhou a industrialização, também teve implicações geohistóricas nas desigualdades regionais. As cidades se tornaram centros de atividade econômica e concentração populacional. No entanto, a expansão urbana não ocorreu de maneira uniforme em todo o país, ela, assim como analisado por Trotsky (1978) na Rússia, aconteceu segundo a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Este autor afirmou que

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada,

chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trotsky, 1978, p. 25).

As áreas urbanas no sudeste e sul do Brasil cresceram significativamente, enquanto outras regiões, como o nordeste, tiveram um desenvolvimento urbano mais lento. As desigualdades regionais na urbanização também estão ligadas a fatores históricos. A urbanização intensificou-se nas áreas que eram centros de poder político e econômico durante o período colonial. Cidades antigas, como Salvador e Recife, mantiveram sua importância, mas o grande crescimento urbano ocorreu em cidades mais recentes, como São Paulo e Rio de Janeiro.

As disparidades regionais na industrialização e urbanização tiveram impactos diretos nas desigualdades econômicas e sociais. As áreas industrializadas atraíram investimentos e mão-de-obra, criando oportunidades de crescimento econômico. Enquanto isso, regiões menos industrializadas enfrentaram desafios econômicos e escassez de oportunidades de emprego.

A expansão urbana também gerou desigualdades no acesso a serviços e infraestrutura. As áreas urbanas mais antigas, com um desenvolvimento histórico, muitas vezes tinham infraestrutura mais avançada e melhores serviços públicos em comparação com áreas urbanas mais recentes. Isso resultou em disparidades no acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais. Além disso, a migração em massa das áreas rurais para as urbanas intensificou a formação de áreas urbanas caracterizadas por moradias precárias e condições socioeconômicas mais vulneráveis em várias cidades brasileiras, criando bolsões de desigualdade social. A concentração de riqueza e oportunidades nas áreas industrializadas exacerbou ainda mais as disparidades regionais.

Os reflexos geohistóricos da industrialização e urbanização nas desigualdades regionais brasileiras continuam a influenciar a dinâmica socioespacial do país. A compreensão das origens históricas dessas disparidades é essencial para desenvolver políticas e estratégias que visem reduzi-las. Portanto, a industrialização e urbanização no Brasil não apenas moldaram a paisagem física do país, mas também deixaram uma marca profunda nas desigualdades regionais. A análise geohistórica permite traçar a trajetória desses processos e compreender como eles influenciam a socioespacialidade do Brasil, fornecendo percepções para enfrentar as questões contemporâneas de justiça social e desenvolvimento regional.

Cabe acrescentar, também, que outros autores, além dos principais que foram utilizados como embasamento teórico desta seção, fazem-se necessários nesta análise, tais como Furtado (2007), em "Formação Econômica do Brasil", e Cardoso e Faletto (2004), em "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". Esses clássicos oferecem uma análise detalhada das transformações econômicas e sociais. Suas obras são fundamentais para compreender as mudanças estruturais e os desafios enfrentados pelo Brasil no processo de modernização. Furtado (2007) desvenda os mecanismos internos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, destacando as influências externas e as políticas econômicas que moldaram o país. Em paralelo, Cardoso e Faletto (2004) aprofundam a análise das relações de dependência e os impactos das dinâmicas globais sobre o desenvolvimento latino-americano, oferecendo uma visão crítica e indispensável para a compreensão do contexto socioeconômico brasileiro.

### **Projeto decolonial no Brasil: abordagens geohistóricas para a justiça social**

O Projeto Decolonial é uma abordagem crítica que busca desafiar a herança colonial e promover a justiça social, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. No âmbito do paradigma decolonial, estabelece-se um diálogo entre comunidades colonizadas ou aquelas que experimentam a colonialidade. Propõe-se a transmodernidade como uma utopia para transcender a visão eurocêntrica da modernidade.

Ao invés de uma única modernidade, focalizada na Europa e imposta globalmente como um modelo, sugere-se enfrentar a modernidade eurocêntrica por meio de uma pluralidade de respostas críticas decoloniais originadas no sul global. Isso implica não apenas dar ouvidos àqueles situados geograficamente ao Sul, mas também aos povos, culturas e locais epistêmicos que foram marginalizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade (Grosfoguel, 2009). Este projeto oferece a perspectiva de estabelecer uma rede planetária em prol da justiça, igualdade e diversidade epistêmica.

A história do Brasil está profundamente enraizada no colonialismo, que teve início com a chegada dos portugueses no século XVI. A colonização deixou marcas indeléveis na geografia, cultura e na formação da sociedade brasileira. A abordagem decolonial busca desafiar as estruturas de poder e as narrativas eurocêntricas que foram impostas durante esse período.

Uma das dimensões críticas do Projeto Decolonial é o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras, que muitas vezes foram marginalizadas e oprimidas durante o período colonial e pós-colonial. A análise geohistórica permite compreender como a colonização afetou a distribuição espacial de diferentes grupos étnicos e culturas no Brasil, bem como essas dinâmicas continuam a influenciar as desigualdades regionais e sociais. Além disso, o Projeto Decolonial busca desconstruir as

narrativas hegemônicas e questionar o eurocentrismo que permeia a história e a geografia do Brasil. Através de uma análise crítica, é possível revelar como as histórias de resistência e resiliência de grupos historicamente oprimidos foram apagadas ou marginalizadas.

A justiça social é um dos pilares do Projeto Decolonial. A análise geohistórica é uma ferramenta valiosa para identificar as origens das desigualdades sociais e espaciais, permitindo que sejam abordadas de maneira mais eficaz. Isso envolve a criação de políticas públicas que buscam redistribuir recursos e oportunidades de maneira mais equitativa, bem como o reconhecimento das identidades e culturas dos grupos historicamente marginalizados.

O Projeto Decolonial também enfatiza a importância de uma educação que inclua diferentes perspectivas históricas e culturais. Através de uma análise geohistórica, é possível desenvolver currículos educacionais que abordem a história colonial do Brasil de maneira crítica e incluam a contribuição das culturas indígenas e afro-brasileiras para a formação do país. Nesse ínterim, diversas pesquisas apontam possíveis caminhos, tais como os trabalhos de Machado e Alves (2021), Reis Neto e Grammont (2021), Felipe da Silva, Ferreira e Josefa da Silva (2013), Reis (2020), Peixoto (2020), Santana (2020), Marques e Calderoni, (2020) e Lisboa e Lopes (2023).

O Projeto Decolonial no Brasil, com abordagens geohistóricas, oferece uma oportunidade de confrontar as injustiças sociais e espaciais que persistem como legados da colonização. A análise crítica das interações entre espaço, tempo e poder permite compreender a complexidade das dinâmicas socioespaciais do Brasil e fornece uma base sólida para a busca de justiça social e equidade.

### **Geohistória e o Brasil contemporâneo: desafios e perspectivas**

O Brasil contemporâneo é um cenário complexo de desafios e mudanças. A nação enfrenta questões prementes relacionadas a desigualdade social, degradação ambiental, urbanização acelerada, migração, questões de identidade e representação política. A Geohistória surge como uma disciplina que pode ajudar a compreender esses problemas de maneira holística.

Um dos desafios é a crescente urbanização do Brasil. As cidades crescem rapidamente e a análise geohistórica é fundamental para rastrear as origens históricas da expansão urbana e como ela afeta a paisagem e a qualidade de vida. A concentração de população urbana também levanta questões sobre acesso a serviços, distribuição de recursos e a formação de áreas de pobreza nas metrópoles (Santos, 2008).

A desigualdade social é um problema persistente no Brasil contemporâneo. A análise geohistórica pode revelar como as desigualdades socioeconômicas têm raízes profundas na

história colonial do país. Ela também pode ajudar a identificar como políticas públicas podem ser direcionadas para enfrentar essas disparidades de maneira eficaz.

Cabe acrescentar, também, que a preservação ambiental e a sustentabilidade são desafios cruciais. A exploração desenfreada de recursos naturais e a degradação ambiental são questões que afetam não apenas o Brasil, mas todo o planeta. Parte da solução desse problema deve perpassar pela educação ambiental, como já postulado por Jacobi (2003). Nessa perspectiva, a Geohistória pode fornecer percepções sobre como as relações entre sociedade e meio ambiente evoluíram ao longo do tempo e como as práticas contemporâneas podem ser moldadas para garantir um futuro mais sustentável.

A análise geohistórica também é relevante para questões de identidade e representação. O Brasil é uma nação com uma rica diversidade cultural e étnica, e a Geohistória pode ajudar a mapear as complexas interações entre diferentes grupos e culturas ao longo do tempo. Ela pode destacar como a formação da identidade brasileira é um processo em constante evolução, refletindo as mudanças históricas e geográficas.

As perspectivas da Geohistória no Brasil contemporâneo são promissoras. À medida que os desafios socioespaciais se tornam mais complexos, a abordagem geohistórica pode fornecer um quadro analítico robusto para compreender a interseção entre espaço e tempo. A pesquisa geohistórica pode lançar luz sobre os caminhos que levaram o Brasil à sua condição atual e fornecer informações valiosas para a tomada de decisões mais embasadas. Além disso, a Geohistória pode promover uma compreensão mais profunda das relações entre espaço e tempo, possibilitando a identificação de tendências, padrões e fatores subjacentes que influenciam a formação do Brasil contemporâneo. Isso pode ser aplicado não apenas à academia, mas também à formulação de políticas públicas, planejamento urbano, preservação do patrimônio cultural e à promoção da justiça social.

### **A complexidade da formação socioespacial brasileira: uma visão geohistórica**

A formação socioespacial do Brasil é um campo complexo e multifacetado, enraizado em ricas influências geohistóricas. Para entender a complexidade dessa formação, é fundamental adotar uma abordagem geohistórica que reconheça a intrincada interação entre espaço e tempo na construção da nação brasileira. Nesse sentido, para o embasamento teórico desta seção, foram utilizadas, principalmente, as contribuições de Milton Santos e Silveira (2006).

A história do Brasil começa com a chegada dos portugueses no século XVI, marcando o início de uma colonização que deixaria profundas marcas geográficas e culturais. A abordagem geohistórica permite desvendar como a colonização influenciou a distribuição de terras, recursos naturais e poder. Os portugueses estabeleceram uma rede de cidades

costeiras, que se tornaram centros de comércio e poder (Holanda; Cândido; Mello, 2015). Essa distribuição espacial deixou um legado que continua a moldar o Brasil contemporâneo, com desigualdades regionais evidentes.

A expansão territorial é outro aspecto importante da formação socioespacial do Brasil. Ao longo dos séculos, o país cresceu para o interior, conquistando vastas áreas de terra e incorporando diferentes regiões geográficas. Em seus estudos, Simões e Amaral (2011) destacaram o processo de interiorização e as novas centralidades urbanas em algumas regiões do Brasil, principalmente no interior da região Centro-Sul, no Brasil Central, no Nordeste não litorâneo e em parcela do “arco da ocupação” da região Centro-Norte. A análise geohistórica revela como decisões sobre a expansão territorial, migrações e ocupação de terras influenciaram a configuração espacial do Brasil. A interação entre espaço e tempo é essencial para entender a formação de estados, cidades e fronteiras.

A industrialização e urbanização do Brasil no século XX introduziram uma nova camada de complexidade na formação socioespacial. As áreas urbanas, em particular no sudeste e sul, cresceram rapidamente e se tornaram centros de atividade econômica (Cano, 2012). A análise geohistórica ajuda a compreender como a concentração de indústrias e serviços em áreas urbanas afetou a distribuição de riqueza, emprego e oportunidades educacionais. Além disso, a migração interna e o deslocamento da população para as cidades criaram um mosaico socioespacial complexo, com desafios em termos de infraestrutura, moradia e qualidade de vida. A compreensão da evolução geohistórica das áreas urbanas do Brasil é crucial para abordar questões contemporâneas relacionadas à urbanização e desigualdades sociais.

Também, com base nas pesquisas de Reis e Andrade (2018) e Pinto e Mignolo (2015), interpreta-se que, o Projeto Decolonial desempenha um papel significativo na formação socioespacial do Brasil contemporâneo. Através de uma lente geohistórica, pode-se examinar como o colonialismo influenciou a distribuição de poder, recursos e oportunidades no Brasil, bem como as comunidades indígenas e afro-brasileiras resistiram e moldaram a paisagem cultural.

Olhar para o Brasil através de uma perspectiva geohistórica não só permite compreender as complexas interações entre espaço e tempo na formação socioespacial do país, mas também ajuda a lançar luz sobre os desafios e as oportunidades do Brasil contemporâneo. A compreensão das origens históricas das desigualdades regionais, urbanização acelerada e questões de identidade é fundamental para a formulação de políticas, planejamento urbano e esforços para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

## **Integração de geografia e história: contribuições para a compreensão da socioespacialidade brasileira**

A integração das disciplinas de Geografia e História tem se mostrado fundamental para uma compreensão mais profunda da socioespacialidade brasileira. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e complexidade histórica, é um terreno fértil para a aplicação conjunta dessas disciplinas, permitindo uma análise holística das dinâmicas que moldaram o país. Nesta seção, explora-se como a integração de Geografia e História contribui significativamente para desvendar a formação socioespacial brasileira.

A história do Brasil é intrinsecamente ligada à sua geografia. Desde a chegada dos portugueses em 1500, o país foi moldado por uma série de fatores geográficos, como sua vasta extensão territorial, a diversidade de ecossistemas, rios navegáveis e a presença de ricas reservas minerais. Esses elementos geográficos influenciaram as decisões tomadas pelos colonizadores e os padrões de colonização ao longo dos séculos.

Através da integração de Geografia e História, pode-se traçar a influência da geografia na colonização e no estabelecimento das capitânicas hereditárias, a distribuição de plantações de cana-de-açúcar ao longo do litoral e a exploração de minerais preciosos nas regiões montanhosas. Além disso, a geografia desempenhou um papel significativo nas rotas de comércio, na expansão territorial e na demarcação de fronteiras. Esses eventos históricos estão intrinsecamente ligados às características geográficas do Brasil.

Outro exemplo notável da integração de Geografia e História na compreensão da socioespacialidade brasileira é a expansão territorial do país. Durante os séculos XVIII e XIX, o Brasil se expandiu para o interior, incorporando vastas áreas de terra que compõem o território atual, onde o povo brasileiro formou o sentido de nação (Ribeiro, 2023). A análise geohistórica revela como as decisões sobre a expansão territorial estavam intimamente ligadas a fatores geográficos, como a topografia, a disponibilidade de terras férteis e a presença de recursos naturais.

A integração de Geografia e História também se mostra crucial para entender as disparidades regionais que persistem no Brasil. Ao examinar as raízes históricas dessas disparidades, pode-se identificar como eventos históricos, como a concentração de poder no litoral durante o período colonial, contribuíram para a formação de desigualdades econômicas e sociais que ainda existem. Essa compreensão mais profunda das origens das disparidades regionais é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais eficazes.

Ainda, a integração de Geografia e História é crucial para entender as dinâmicas contemporâneas do Brasil. A rápida urbanização, a preservação ambiental, as migrações internas e as questões de identidade são temas centrais na sociedade brasileira atual. A análise conjunta de eventos históricos e fatores geográficos fornece uma perspectiva mais

completa sobre essas questões, permitindo que sejam abordadas de maneira mais informada. Assim, a integração de Geografia e História oferece uma visão rica e holística da formação socioespacial brasileira. Ao considerar as influências geográficas na história do Brasil e como eventos históricos moldaram a paisagem e a sociedade do país, aprecia-se a complexidade e a diversidade da nação brasileira. Essa abordagem interdisciplinar é essencial para entender o passado, o presente e o futuro do Brasil e fornece as ferramentas necessárias para lidar com os desafios socioespaciais que o país enfrenta.

## **Conclusão**

Na conclusão deste extenso exame das interconexões geohistóricas na formação socioespacial do território brasileiro, emerge uma compreensão aprofundada das raízes, evoluções e desafios que moldaram a nação. Ao revisitar as diversas temáticas exploradas ao longo deste artigo, torna-se evidente que a geohistória brasileira é um campo de estudo vital para decifrar a complexidade e a riqueza da construção do Brasil.

Ao desbravar as raízes históricas, constatou-se a profundidade das influências deixadas pela colonização portuguesa. A análise das implicações geohistóricas desse período revela não apenas a construção de infraestruturas físicas, mas também a fundação de estruturas sociais e culturais que ecoam até os dias atuais. A expansão territorial, por sua vez, desenha um mapa intrincado de narrativas que delineiam identidades regionais e estabelecem conexões inesperadas entre diferentes partes do Brasil.

A industrialização e urbanização, embora tenham impulsionado o país para a “modernidade”, também deixaram cicatrizes nas desigualdades regionais. Este estudo demonstrou como os reflexos geohistóricos desses processos continuam a moldar a distribuição desigual de recursos e oportunidades no Brasil contemporâneo.

O projeto decolonial, ao ser examinado sob a perspectiva geohistórica, emerge como uma ferramenta crucial para desmontar estruturas enraizadas de poder e promover a justiça social. As abordagens geohistóricas se mostram fundamentais para reescrever narrativas e incorporar diversas vozes na construção da identidade nacional.

À medida que se contemplou os desafios e perspectivas do Brasil contemporâneo, percebeu-se a necessidade de uma abordagem integradora entre geografia e história. A complexidade da formação socioespacial brasileira requer uma compreensão holística que transcenda as disciplinas tradicionais, levando em consideração tanto os aspectos materiais quanto simbólicos.

Em última análise, a integração de geografia e história revela-se não apenas como uma contribuição valiosa para a compreensão da socioespacialidade brasileira, mas também como uma abordagem essencial para enfrentar os desafios futuros. Ao unir essas

disciplinas, torna-se possível tecer uma narrativa mais completa, sensível às nuances e complexidades que caracterizam a formação do Brasil como nação. Assim, este estudo reforça a importância de continuar a pesquisa geohistórica como uma ferramenta poderosa para iluminar as interconexões que moldaram e continuam a moldar o tecido do território brasileiro.

Este estudo visou proporcionar uma compreensão integradora das interações entre sociedade e espaço na formação do território brasileiro. Reconhecendo as limitações de extensão do artigo, direcionamos os leitores para obras clássicas que oferecem um aprofundamento necessário e fortalecem a credibilidade da análise apresentada. Ao referenciar autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, buscamos garantir uma base sólida e abrangente para o debate sobre a formação socioespacial do Brasil. Não foi objetivo desta pesquisa concluir o tema, mas considerar, com base no exposto *a priori*, a necessidade de continuidade e aprofundamento do trabalho.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Malakoff: Armand Colin, 2017.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Economia**, Brasília (DF), v. 13, n. 3, p. 897–916, set./dez. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela. Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII. **Análise Social**, p. 77-98, 2007.

ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. **Revista de História**, v. 17, n. 36, p. 429-468, 1958.

FELIPE DA SILVA, Janssen; FERREIRA, Michele Guerreiro; JOSEFA DA SILVA, Delma. Educação das relações étnico-raciais: um caminho aberto para a construção da educação intercultural crítica. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, p. 248-272, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVAN, Claudia Terezinha Gagliotto; FLÁVIO, Luiz Carlos. Estudo bibliográfico sobre o processo de industrialização, a urbanização e o desenvolvimento da habitação no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v. 9, n. 9, p. 127-127, 2007.

GEIGER, Pedro Pinchas; BAER, Werner. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 38, n. 2, 1976.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CÂNDIDO, Antônio; MELLO, Evaldo Cabral de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LISBOA, Edson da Silva Rodrigues; LOPES, Luís Fernando. Avaliação intercultural/decolonial no currículo dos cursos de filosofia com emancipação social. **Revista Teias**, v. 24, p. 33-45, 2023.

MACHADO, Andrey Osório; ALVES, Karla dos Santos Guterres. Erer: educação para as relações ético-raciais. **Anais**. 5º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS, 2021.

MARCHANT, Alexander. Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580. **Brasiliana**, 1943.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; CALDERONI, Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais: subversão à lógica da colonialidade no currículo escolar. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 32, p. 97-119, 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PEIXOTO, Fabiana de Lima. Encruzilhada de Saberes em tempos de cólera: currículo d'Ecotonal e pedagogias da escrevivência. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p. 116-130, 2020.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII. **Brasiliana**, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.

REIS NETO, João Augusto dos; GRAMMONT, Maria Jaqueline de. Exu nas escolas: Rompendo as fronteiras do currículo colonizado. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 3, p. 1131-1155, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2023.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SANTANA, Juliana Santos de. Educação Afrocêntrica: um currículo decolonial e antirracista na educação infantil. **Educação Sem Distância** - Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya, v. 1, n. 2, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

SIMÕES, Rodrigo; AMARAL, Pedro V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **EconomiA**, Brasília (DF), v. 12, n. 3, p. 553–579, set./dez. 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro. **Dimensões: Revista de História da Ufes**, n. 25, p. 215-234, 2010.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Sobre o autor:

### **Jean Lucas Vinhas Medeiros de Carvalho**

Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB; Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: vinhasmedeiros@gmail.com